

ESPIRITO SANTO
GOVERNO DA MUDANÇA

COORDENAÇÃO ESTADUAL DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO
DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES

VIOLÊNCIA

contra a MULHER

Ocorrências registradas na
delegacia da mulher de Vitória

LISTOU



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – COECT
INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO
JONES DOS SANTOS NEVES – IPES

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA DELEGACIA DA
MULHER DE VITÓRIA**

Vitória, 2004

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Paulo César Hartung Gomes

COORDENAÇÃO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Fernando Luiz Herkenhoff Vieira

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO
JONES DOS SANTOS NEVES
Maria José Schuwartz Ferreira

DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
Antonio Luiz Caus

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Andréa Figueiredo Nascimento

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS
Inês Brochado de Abreu

EQUIPE TÉCNICA
Heloires Lopes Nogueira
Magda Rodrigues Leite
Maria Célia Chaves Ribeiro
Maria Inês Perini

TRABALHO DE CAMPO
Magda Rodrigues Leite
Maria Célia Chaves Ribeiro
Vanda Graziotti do Nascimento
Ronilda Fatima Zucatelli

CONSULTORIA TÉCNICA
Mário de Castro – Laboratório de Estatística (Ufes)

COORDENAÇÃO DE PRODUTOS E RELAÇÕES COM O MERCADO (edição)
Ivete Lúcia Orlandi

Djalma Vazzoler
Lastênio João Scopel
Maria de Fátima Pessotti de Oliveira
Sandra S. Marques Campeão

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (Ipes) vem produzindo e disseminando informações, através de programas de ação e organização de bases de dados estatísticos, nas mais diversas áreas – saúde, segurança, educação, economia, ciência e tecnologia – com a finalidade de produzir conhecimento e subsidiar políticas públicas através da elaboração e implementação de estudos, pesquisas, planos e projetos.

Para ampliar os estudos na área de segurança, buscou-se, através dos registros de uma delegacia especial, indicadores sobre a violência contra a mulher. O objetivo não foi efetuar uma abordagem qualitativa sobre a questão, mas sim relatar o processo que envolveu todas as fases deste trabalho. Alguns comentários aqui registrados originaram de leituras sobre o tema, observações e entrevistas *in loco* e dados estatísticos obtidos a partir da pesquisa.

O trabalho empírico concretizou-se através de reuniões com as entidades afins, visitas às delegacias da Região Metropolitana da Grande Vitória e acompanhamento das denúncias na delegacia da mulher instalada na capital do estado.

Para viabilizar a operacionalização deste estudo, optou-se pela escolha de uma delegacia da mulher, no caso a de Vitória, pelo fato desta oferecer a infra-estrutura necessária ao trabalho e atender vários bairros de diferentes condições socioeconômicas, alcançando um público alvo mais diversificado para análise dos dados.

Os Boletins de Ocorrência (BO) – instrumentos de trabalho utilizados para obtenção de dados – foram fornecidos pela Delegacia da Mulher de Vitória (Demu) e disponibilizados para o estudo com permissão para divulgação dos dados da pesquisa deste trabalho.

Serão aqui abordadas, mediante um levantamento de dados estatísticos fornecidos pelos BOs, informações relacionadas ao tratamento que a mulher recebe na delegacia, referente aos aspectos relacionados ao fato, à vítima e ao agressor.

Segundo Sara Hautzinger (1997, p. 190), o Brasil é o pioneiro na criação da delegacia especializada no combate à violência contra a mulher. A primeira delegacia especializada foi criada em São Paulo, em 1985. Logo o mundo inteiro tomou conhecimento desta inovação brasileira através da imprensa. Outros países, como Argentina e Portugal, têm adotado o modelo brasileiro.

A iniciativa da criação destes espaços obteve o apoio da opinião pública por atender a uma demanda concreta, suprimindo assim deficiências dos aparatos policiais, que não dispõem de infra-estrutura necessária ao tratamento diferenciado requerido naquelas situações.

A expectativa é de que os dados levantados nesta pesquisa possam contribuir para que entidades governamentais e não governamentais interessadas na questão

analisem e explorem o tema com profundidade, a fim de fornecer subsídios ao poder público para que ele possa acompanhar e avaliar as políticas existentes e tenha capacidade de ampliá-las, modificá-las ou estabelecer novas alternativas técnicas e políticas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. MATERIAIS E MÉTODOS.....	10
3. CARACTERIZAÇÃO DO FATO	12
3.2 Dia da semana.....	13
3.3 Turno.....	15
3.4 Local de ocorrência do fato	15
3.5 Motivação declarada.....	16
3.6 Depoimentos extraídos dos BOs.....	17
3.7 Meios empregados	19
3.8 Reincidência.....	20
3.9 Outras vítimas – Quem ? Como?	20
4. CARACTERIZAÇÃO DA VÍTIMA.....	23
4.1 Idade da vítima.....	23
4.2 Estado civil.....	23
4.3 Moradia com o agressor	24
4.4 Tempo de convívio com o agressor	24
4.5 Filhos com o agressor.....	24
4.6 Relação com o agressor	25
4.7 Região administrativa de residência	26
4.8 Grupo de ocupação	27
5. CARACTERIZAÇÃO DO AGRESSOR	29
5.1 Número de agressores	29
5.2 Sexo	29
5.3 Idade	29
5.4 Cútis	29
5.5 Grupo de ocupação do agressor.....	30
6. FATO, VÍTIMAS E AGRESSORES	32
6.1 Idade das vítimas e idade dos agressores.....	32
6.2 Tempo de convívio e reincidência.....	32
6.3 Moradia com o agressor e reincidência.....	32
6.4 Filhos com agressor e reincidência	32
6.5 Idade da vítima e reincidência	33
6.6 Estado civil da vítima e reincidência.....	33
6.7 Encaminhamento e reincidência	34
6.8 Idade da vítima e moradia com o agressor.....	34
6.9 Estado civil da vítima e moradia com o agressor	34
6.10 Filhos com o agressor e moradia com o agressor	35
6.11 Residência da vítima e do agressor	36
7. ENCAMINHAMENTOS.....	37
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
ANEXOS	41
Anexo 1 - Roteiro de visita às Delegacias da Mulher na RMGV	41
Anexo 2 - Visitas às Delegacias Especiais	42
Anexo 3 - Levantamento de Dados do Boletim de Ocorrência nas Delegacias da Mulher	46
Anexo 4 – Regiões administrativas e seus respectivos bairros	47
Anexo 5 – Profissões das vítimas que mais se destacaram de acordo com o grupo de ocupação - CBO.....	49
Anexo 6 – Profissões dos agressores que mais se destacaram de acordo com o grupo de ocupação - CBO.....	50
Anexo 7 - Violência contra a mulher: fenômeno globalizado.....	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de ocorrências e percentual segundo a natureza da ocorrência – JAN-JUN/2001	12
---	----

Tabela 2 – Número de ocorrências segundo dias da semana – JAN-JUN/2001	14
Tabela 3 – Número de ocorrências segundo o turno – JAN-JUN/2001.....	15
Tabela 4 – Número de ocorrências segundo local de ocorrência do fato – Jan-Jun/2001	15
Tabela 5 – Número de ocorrências segundo os meios empregados – Jan-Jun/2001	19
Tabela 6 – Número de ocorrências de outros envolvidos – Jan-Jun/2001.....	21
Tabela 7 – Número de ocorrências segundo formas de participação de outros envolvidos – Jan-Jun/2001	22
Tabela 8 – Número de vítimas segundo estado civil – Jan-Jun/2001	23
Tabela 9 – Número de ocorrências segundo relação com agressor – Jan-Jun/2001.....	25
Tabela 10 – Número de vítimas e população, segundo região administrativa de residência da vítima - 2000	27
Tabela 11 – Número de vítimas e percentual segundo grupo de ocupação da vítima – Jan- Jun/2001	27
Tabela 12 – Número de ocorrência segundo a cor da cútis do agressor – Jan-Jun/2001	29
Tabela 13 – Número de agressores e percentual segundo grupo de ocupação do agressor – Jan-Jun/2001	30
Tabela 14 – Número de vítimas e percentual de acordo com moradia com o agressor, segundo reincidência – Jan-Jun/2001	32
Tabela 15 – Número de vítimas e percentual de acordo com filhos com o agressor, segundo reincidência – Jan-Jun/2001	33
Tabela 16 – Número de vítimas e percentual de acordo com reincidência segundo estado civil da vítima – Jan-Jun/2001.....	33
Tabela 17 – Número de vítimas e percentual de reincidência segundo encaminhamento – Jan- Jun/2001	34
Tabela 18 – Número de vítimas e percentual de acordo com moradia com o agressor, segundo estado civil da vítima – Jan-Jun/2001	35
Tabela 19 – Número de vítimas e percentual de acordo com moradia com o agressor, segundo filhos com o agressor – Jan-Jun/2001	35
Tabela 20 – Número de agressores e percentual segundo região administrativa de residência do agressor.....	36
Tabela 21 – Número de ocorrências e percentual segundo os encaminhamentos – Jan- Jun/2001	38

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição percentual das ocorrências segundo dias da semana – JAN-JUN/2001	14
Figura 2 – Distribuição percentual das ocorrências segundo local de ocorrência do fato – Jan- Jun/2001	16
Figura 3 – Distribuição percentual das ocorrências segundo meios empregados – Jan-Jun/2001	20
Figura 4 – Percentual de outros envolvidos – Jan-Jun/2001.....	21
Figura 5 – Percentual de formas de participação de outros envolvidos – Jan-Jun/2001.....	22
Figura 6 – Percentual de vítimas segundo estado civil – Jan-Jun/2001	24
Figura 7 – Percentual de ocorrências segundo relação com o agressor Jan-Jun/2001	26
Figura 8 – Percentual de ocorrência segundo a cor da cútis do agressor – Jan-Jun/2001	30
Figura 9 – Percentual dos encaminhamentos – Jan-Jun/2001.....	38

Entre os problemas tratados pela teoria social e pela prática política e relacional da humanidade, o da violência é um dos mais antigos. Esteve, e está, presente em todas as sociedades. Desde os tempos remotos há uma preocupação do ser humano em entender a essência do fenômeno da violência, sua natureza, suas origens e meios apropriados para minimizá-la (MINAYO,1994).

Entende-se a violência como um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial cujo espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade, com profundas raízes históricas (MINAYO,1994). Souza (2002) define a violência como todo o evento representado por ações, negligências e omissões, realizado por indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionem danos físicos, emocionais, morais e/ou espirituais a outrem. Constitui uma relação dinâmica entre vítimas e agressores, cujas raízes estão nas estruturas sociais, econômicas e políticas, bem como nas consciências individuais.

Dentre o largo espectro do conjunto de ações violentas inseridas no contexto cotidiano da sociedade, uma em particular se destaca por seu lado cruel e muitas vezes oculto. É a violência praticada contra a mulher.

Violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta que cause morte, dano ou sofrimento físico, traumatismo sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado, motivada apenas por sua condição de mulher (BARSTED, 1997 apud GOMES e FRANCO, 2003).

É neste contexto que se revela a face violenta dos homens, expressando a relação de força entre homem e mulher, refletindo a estrutura de poder social de dominação que preserva forte influência machista, que, de certa forma, banalizou a violência doméstica. Esta, fazendo parte da rotina, está integrada à cultura que considera o poder do homem sobre a mulher um legado natural da condição masculina.

O homem considera a companheira como propriedade, e procura subjugar-lá de tal forma que ela perca sua identidade e auto-estima. Nestas condições a mulher se realiza unicamente através do casamento e da maternidade, cabendo ao homem o papel de provedor e à mulher o papel de cuidadora. Por conta destes fatores, incluindo a dependência econômica e afetiva, a mulher torna-se muitas vezes cúmplice das agressões sofridas.

Segundo Gomes (2003), as idéias de opressão da mulher, construídas pela perspectiva de gênero, são explicadas teoricamente pelo conceito de patriarcado, tanto na teoria marxista como nos estudos da psicanálise. As teorias marxistas procuram relacionar “sistemas de dominação de classe com sistemas de dominação de gênero”. A psicanálise busca encontrar “as raízes das relações de gênero, na construção da subjetividade”. Daí surgem os papéis dos sexos na sociedade: a mulher, dócil, cuida do lar e dos filhos, enquanto o homem tem que demonstrar virilidade constantemente, pois vive num mundo onde a competição é permanente. No desempenho dos papéis feminino e masculino, “arranjos estereotipados

estruturam a intimidade entre os gêneros, e o dilema entre as relações pode culminar em violência”.

As relações de gênero podem servir de base para uma consistente explicação sobre as relações violência-homem-mulher, desde que a palavra gênero seja entendida a partir da ótica relacional, isto é, os papéis atribuídos aos sexos são construídos na relação entre os sexos inseridos em uma determinada estrutura social. O que a maioria dos estudos faz é tratar o problema de mão única, ou seja, a direção da violência do homem para a mulher, reduzindo-a a apenas à condição de vítima e desconsiderando-a como sujeito de direitos (GOMES, 2003).

Tratar-se-á especificamente nesse estudo da violência contra a mulher, expressão criada pelo movimento feminista nos anos 70 e 80 para designar as diversas situações de violência sofridas pela mulher e perpetradas por parceiros íntimos ou pessoas desconhecidas, tais como violência física, sexual e psicológica. Graças à atuação desse movimento e de outras organizações de mulheres, surge a consciência de que a violência praticada contra a mulher é absurda e deve ser erradicada. Além disso, esse movimento fez com que o problema ultrapassasse as fronteiras da esfera privada e adquirisse importância no âmbito da política. Com isto conseguiu-se, junto ao Estado, a criação de órgãos específicos no combate a este tipo de violência, como as Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher, os Conselhos da Condição Feminina e as Delegacias Especializadas em atendimento de mulheres agredidas (CABRAL, 1999; GOMES, 2003).

Foram criados outros tipos de serviços de atendimento voltados para a questão, como as Casas Abrigo e os centros de referência multiprofissionais, que têm focado, principalmente, a violência física e sexual cometida por parceiros e ex-parceiros da mulher.

A primeira Delegacia especializada de Proteção à Mulher no Brasil surge em 1985, na cidade de São Paulo, estimulando outros estados a adotarem a mesma iniciativa (BARCELLOS, 2003, p. 135).

No estado do Espírito Santo, um grupo organizado de mulheres, sob a denominação de Centro de Integração da Mulher (CIM), tomando como referência o decreto de criação das delegacias de São Paulo, envia a um programa de televisão, em outubro de 1985, a reivindicação da criação de uma delegacia especializada (BARCELLOS, 2003, p. 147).

É criada, então, a primeira delegacia especializada de defesa da mulher no município de Vitória, no dia 24 de outubro de 1985, através do Decreto nº 2.170-N (FRANCO, 2003, p. 41). As delegacias funcionam como um espaço legitimado de denúncias de atos violentos até então ignorados pela sociedade. É uma medida significativa para acabar com a impunidade dos homens violentos.

À medida que aumentava a demanda das delegacias em relação ao problema, verificava-se a necessidade de criar mecanismos complementares. No município de Vitória surgem o Centro de Referência de Atendimento à Mulher e a Casa Abrigo. Nos municípios de Vila Velha e Cachoeiro de Itapemirim já estão funcionando as Casas Abrigo.

Quatro anos depois da criação das delegacias, em 1989, um grupo de professores da Universidade Federal do Espírito Santo realizou uma pesquisa que buscou levantar e analisar dados sobre a violência contra a mulher no Espírito Santo. As fontes utilizadas para a pesquisa foram: os Boletins de Ocorrência da Delegacia da Mulher de Vitória (Demu) no período de janeiro de 1987 a setembro de 1989 e um levantamento no jornal *A Gazeta* de mulheres vítimas de homicídio no estado no período de maio a dezembro de 1988 (ANJOS, 1989).

O presente estudo propiciou conhecer *in loco* as condições de atendimento às vítimas em termos de espaço físico, recursos humanos e materiais e verificar ações subseqüentes às denúncias registradas por estas delegacias especializadas. Nestas o atendimento é realizado por profissionais do sexo feminino, o que leva a mulher que é vítima de violência a sentir-se mais à vontade para relatar os fatos. Nesses espaços são revelados os anseios e expectativas para solucionar o problema relativo a este tipo de violência. Este é um detalhe que deve ser considerado de suma importância, pois é preciso reconhecer as dificuldades naturais das vítimas em relatar seus infortúnios. Muitas vezes sentem-se constrangidas e acabam omitindo informações valiosas. Daí a necessidade de criar um ambiente propício, como é o caso das delegacias especializadas com as características descritas.

Nos serviços de saúde, por exemplo, sabe-se que a mulher vitimada que busca socorro médico sente muita vergonha e medo de revelar a origem de suas lesões (DESLANDES et al., 2000).

Isso não impede todavia que haja inúmeras limitações. Leve-se em conta, por exemplo, que as informações são extraídas do relato da vítima e transcritas pela funcionária responsável, podendo portanto o relato e/ou sua transcrição incorrer em subjetividade, comprometendo, assim, a qualidade do registro.

Conforme Barcellos (2003, p. 135), grande parte da violência específica não chega às delegacias, mantém-se silenciosa dentro de quatro paredes. Ao mesmo tempo, há uma variação de critérios por parte de cada delegacia na caracterização dos crimes e na forma de preenchimento dos boletins.

O anexo 7 mostra a situação de opressão em que vivem muitas mulheres de outros países, indicando que a violência cometida contra elas é um fato cultural disseminado mundialmente.

2.

MATERIAIS E MÉTODOS

O Trabalho de pesquisa envolveu três etapas:

A primeira consistiu em realizar contatos e reuniões com a subsecretária de Segurança em 2001 e com a representante do Conselho da Mulher e do Idoso. A finalidade deste encontro foi proporcionar uma integração entre os órgãos, mapear as questões a serem consideradas por ocasião da re-elaboração do Boletim de Ocorrência (BO) existente e listar as demandas apresentadas pelas delegadas.

Na segunda etapa foram feitas visitas às delegacias da mulher nos municípios da região metropolitana. O objetivo foi o de conhecer os espaços destinados a este tipo de atendimento e elaborar uma planilha a ser preenchida com os dados dos campos padronizados e dos históricos dos BOs. Para tanto, elaborou-se um roteiro de entrevistas às delegacias e entidades afins (anexo 1).

O roteiro permitiu constatar *in loco* o funcionamento das delegacias da mulher nestes municípios, no que se refere ao atendimento, à forma como são registradas as queixas, ao procedimento dado às vítimas em estado grave. Enfim, possibilitou conhecer a estrutura física/social destes espaços. As entrevistas foram relatadas pelas delegadas responsáveis pelas delegacias (anexo 2).

Na terceira etapa do trabalho elegeu-se a delegacia da mulher – Demu do município de Vitória – com o intuito de realizar visitas mais sistemáticas para conhecimento das atuais condições de registro de ocorrências e observar a rotina de atendimento às vítimas.

Utilizou-se como instrumento de trabalho a leitura de 708 Boletins de Ocorrência da Delegacia da Mulher de Vitória, no período de janeiro a junho de 2001. A partir dos boletins, elaborou-se um instrumento de coleta de dados (anexo 3). Algumas características foram obtidas a partir dos campos padronizados, enquanto outras exigiram uma leitura minuciosa dos históricos dos Boletins de Ocorrência para o registro de característica de interesse da pesquisa. Este procedimento permitiu que houvesse um maior número de variáveis significativas, que subsidiaram o levantamento estatístico deste trabalho.

As variáveis utilizadas na planilha baseada nos BOs estão divididas em três partes: dados do fato, dados da vítima e dados do agressor.

No que se refere aos dados do fato são considerados: número do BO, natureza da ocorrência, data, dia da semana, turno, hora, local do fato, motivação declarada, meios empregados, reincidência, outras vítimas (quem e como).

Os dados das vítimas são: situação de moradia com o agressor, tempo de convívio com o agressor, número de filhos, idade dos filhos, se tem filhos com o agressor, relação com o agressor, bairro de residência, sexo, idade, cútis, naturalidade, profissão e trabalho. Também constam dos dados o dia do preenchimento do BO e o encaminhamento deste.

Os dados do agressor se referem a: número de agressores, sexo, idade, cútis e ocupação.

No decorrer da pesquisa, as categorias que foram citadas através das queixas registradas nos BOs foram agrupadas por afinidade e quantificadas, objetivando alcançar uma padronização. A partir daí, os dados foram codificados, permitindo uma visualização de tabelas e gráficos. Obteve-se assim uma análise do conteúdo empírico deste trabalho.

Para facilitar a análise da moradia da vítima e do agressor, os bairros foram agrupados por região administrativa de acordo com a regionalização utilizada pela Prefeitura Municipal de Vitória.

O aporte teórico que fundamentou algumas observações consistiu em leitura de documentos diversos sobre o fenômeno da violência aqui tratada, como livros, teses, jornais, periódicos, artigos.

Contou-se ainda com a participação efetiva de um consultor da área de estatística, que orientou toda a formatação do banco de dados, na elaboração de gráficos e tabelas, no cruzamento de algumas variáveis relevantes, propiciando assim o levantamento de dados estatístico do trabalho.

3.

CARACTERIZAÇÃO DO FATO

3.1 Natureza da ocorrência

A natureza da ocorrência indica o tipo de violência, visto que um único BO pode registrar mais de uma ocorrência, que gerou ou geraram as denúncias ou queixas, sendo essas classificadas de acordo com o Código Penal. Algumas ocorrências podem fugir a essa classificação, em função da diversidade de registros encontrados nos BOs.

Os 708 BOs pesquisados registraram um total de 1.285 ocorrências, uma média de quase duas ocorrências por BO. Dessas, 173 apresentavam denúncias de agressão física (13,5%) e 144 referiam-se a lesões corporais (11,2%), portanto 24,7% das ocorrências tiveram como consequência algum dano ao corpo da vítima.

Em segundo lugar encontra-se ameaça, tipo de agressão usada para intimidar e causar medo. Pode ser feita oralmente, por escrito, através de gestos ou via telefone. Pode ser feita também mediante o porte de objetos que servem como armas.

As ameaças diversas constituem um grupo que compreende: ameaça de agressão, de expulsão do lar, de chacina, de apropriação de bens materiais, de retirada da guarda do(a) filho(a), de incêndio, de abandono material, de seqüestro do(a) filho(a), de suicídio, de envenenamento, de despejo, de danos materiais, de tortura, de seqüestro de bens do domicílio, de saída de casa, de expulsão dos filhos, de estupro, de demissão, de alienação de imóvel. Totalizam aproximadamente 13% do total das ocorrências.

Entre as ameaças, a que lidera é a ameaça de morte, com 12,2%. Em seguida vem a lesão corporal, com 11,2% das ocorrências.

Tabela 1 – Número de ocorrências e percentual segundo a natureza da ocorrência – Jan-Jun/2001

Natureza da ocorrência	Número de ocorrências	%
Agressão física	173	13,5
Ameaças diversas	170	13,2
Ameaça de morte	157	12,2
Lesão corporal	144	11,2
Difamação	82	6,4
Vias de fato	62	4,8
Abandono do lar	60	4,7
Perturbação à tranqüilidade	58	4,5
Impedimento de ir e vir	47	3,7
Expulsão do lar	39	3,0

Continua

Tabela 1 – Número de ocorrências e percentual segundo a natureza da ocorrência – Jan-Jun/2001

Natureza da ocorrência	Número de ocorrências	Conclusão	
			%
Injúria	32		2,5
Abandono material	32		2,5
Agressão verbal	30		2,3
Danos materiais	22		1,7
Constrangimento ilegal	22		1,7
Calúnia	22		1,7
Invasão de domicílio	21		1,6
Maus tratos	13		1,0
Assédio sexual	11		0,9
Traição	8		0,6
Ciúme	8		0,6
Abuso de autoridade	7		0,5
Estupro	6		0,5
Racismo	3		0,2
Impedimento de pegar objetos pessoais	3		0,2
Atentado violento ao pudor	3		0,2
Tentativa de estupro	2		0,2
Suspeita de traição	2		0,2
Retirada da guarda do filho	2		0,2
Retenção de documentos	2		0,2
Provocações	2		0,2
Impedimento de posse de bens materiais	2		0,2
Impedimento de entrar em casa	2		0,2
Furto	2		0,2
Agressão	2		0,2
Outros	32		2,5
Total	1.285		100,0

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES

Nota: Elaboração: IPES.

3.2 Dia da semana

Conforme a tabela 2, o domingo é o dia da semana que apresentou a maior frequência de registros de violência contra a mulher (aproximadamente 19%). A explicação pode estar no fato de que esse dia possibilita uma maior convivência familiar, e, portanto, estaria também presente a possibilidade de afloramento dos conflitos. No entanto, a segunda maior frequência é registrada em um dia útil, a quarta-feira (14,4%). Esses números se aproximam dos da pesquisa realizada por

Deslandes et al. (2000), que detectou que as mulheres vítimas de agressões buscam auxílio nos serviços de saúde com maior frequência aos domingos e nas quartas-feiras.

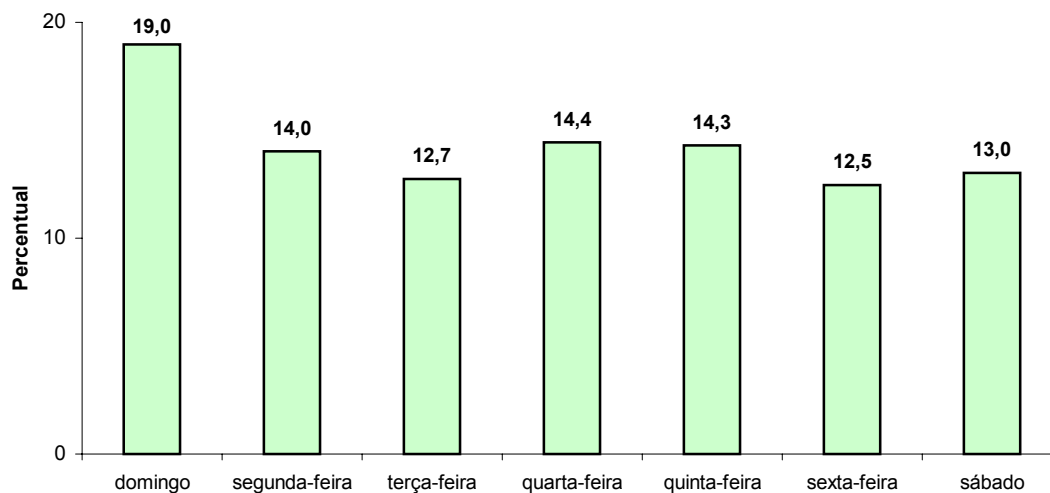
Tabela 2 – Número de ocorrências segundo dias da semana – Jan-Jun/2001

Dia da semana	Número de ocorrências
Domingo	134
Segunda-feira	99
Terça-feira	90
Quarta-feira	102
Quinta-feira	101
Sexta-feira	88
Sábado	92
Total	706
Sem informação	2
Total	708

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES

Nota: Elaboração: IPES.

Figura 1 – Distribuição percentual das ocorrências segundo dias da semana – Jan-Jun/2001



Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES

Nota: Elaboração: IPES.

3.3 Turno

Conforme o levantamento realizado, o turno da noite apresenta a maior frequência de registros de violência contra a mulher (tabela 3). Dos 708 BOs analisados, 296 (43,1%) demonstravam que as agressões ocorreram durante a noite. Como analisado no item anterior, é nos domingos que ocorrem com mais frequência atos de violência contra a mulher, provavelmente pelo fato de esse dia possibilitar o convívio em família. Essa mesma hipótese também é referida para justificar o porquê do maior número de ocorrências de agressão contra a mulher no período noturno. Esse fato pode ajudar a compreender as ocorrências durante os dias úteis.

Tabela 3 – Número de ocorrências segundo o turno – Jan-Jun/2001

Turno	Número de ocorrências	%
Manhã	148	21,5
Tarde	181	26,3
Noite	296	43,1
Madrugada	62	9,0
Total	687	100,0
Sem informação	21	-
Total	708	-

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

3.4 Local de ocorrência do fato

O local das agressões geralmente é o lar. Vemos que na residência do casal elas ocorrem com uma frequência de 37%; na residência da vítima, 27%; e em locais públicos, 19,4%.

Vale ressaltar que uma mesma vítima pode sofrer agressão em mais de um local. Considerando os dados da pesquisa, as vítimas estão sofrendo maior número de agressões em âmbito residencial, correspondendo a cerca de 64% das ocorrências. Deslandes et al. (2000) demonstrou que as agressões foram praticadas, em sua maioria, no interior das residências (83,3%).

Como demonstra a tabela 4, as ocorrências em vias públicas também são expressivas.

Tabela 4 – Número de ocorrências segundo local de ocorrência do fato – Jan-Jun/2001

Local de ocorrência	Número de ocorrências
Residência do casal	271
Residência da vítima	199
Via pública	143
Trabalho	45

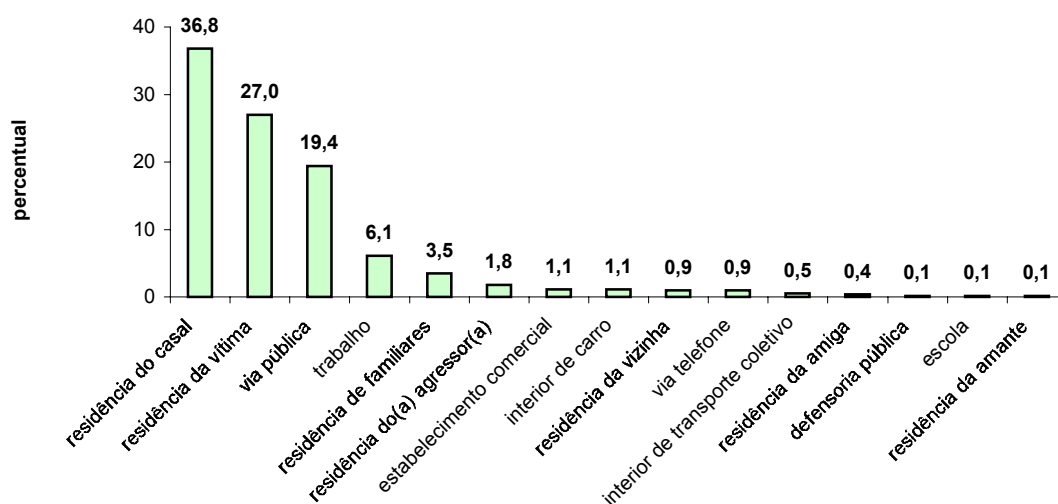
Continua

Tabela 4 – Número de ocorrências segundo local de ocorrência do fato Jan-Jun/2001

Conclusão	
Local de ocorrência	Número de ocorrências
Residência de familiares	26
Residência do(a) agressor(a)	13
Estabelecimento comercial	8
Interior de carro	8
Outros	24
Total	737

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

Figura 2 – Distribuição percentual das ocorrências segundo local de ocorrência do fato – Jan-Jun/2001



Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

3.5 Motivação declarada

Múltiplas são as motivações que levam uma mulher a procurar a delegacia. A motivação declarada é extraída do histórico de cada BO. Trata-se do motivo que levou a vítima a procurar uma ajuda ou proteção, objetivando encontrar uma solução para seu problema de imediato. A vítima utiliza para tanto a delegacia como forma de obter auto-suporte necessário a sua segurança.

A mulher agredida geralmente é amedrontada, fragilizada, faltam-lhe conhecimento e oportunidades, ela não acredita que possa retomar sua vida, guarda grande mágoa, que vai muito além das marcas físicas. O lar é o espaço principal de sua vida, daí a dificuldade de romper com o agressor.

O que leva o agressor a praticar tais atos não é somente seu temperamento agressivo e violento, mas também relacionamentos deteriorados, falta de perspectiva, alcoolismo, não aceitação da separação por parte do companheiro. No mais das vezes esses fatores pessoais são originados de fatores inerentes à sociedade, como o desemprego, o machismo e outros. Existe também o fato de um grande número de agressores utilizar-se da violência como mecanismo de exercer seu papel autoritário.

O álcool não é o fator determinante para que ocorra a violência contra a mulher. Existem aspectos relevantes referentes à cultura de dominação masculina que interferem diretamente no fenômeno. Entretanto, a embriaguez funciona muitas vezes como deflagradora da agressão. Os dados registrados nos BOs nos mostram que muitos atos de agressões denunciadas pelas vítimas foram cometidos no momento em que o agressor estava alcoolizado.

3.6 Depoimentos extraídos dos BOs

Descreveremos abaixo algumas queixas que fazem parte do que acontece no íntimo do lar, no dia-a-dia de algumas mulheres, relativas aos delitos e crimes mais recorrentes registrados nos Bos, quais sejam: assédio sexual, agressão física, embriaguez, impedimento de ir e vir, racismo e ameaça.

“Devido ao constante estado de embriaguez ele passou a ter um comportamento alterado e muito agressivo. Estava amolando uma faca e disse que era para matá-la. Ela tem medo e está procurando um lugar seguro para morar.”

“Ele estava embriagado, acordando-a com xingamentos e empurrões, ela saiu de perto dele, pois parecia fora de si, e continuava a xingá-la, levando-a a revidar suas palavras, ao que ele partiu para cima dela, apanhou uma faca e ia furá-la na barriga, quando ela a segurou, cortando-se muito. Os filhos, apavorados, começaram a gritar e o agressor correu, voltando à noite como se nada tivesse acontecido.”

“A vítima foi com o pai a um escritório de cobrança pagar uma mensalidade escolar em atraso. O advogado que os recebeu ligou no dia seguinte para a sua casa propondo-lhe trabalho. Quando foi ao escritório saber detalhes da proposta de trabalho ele lhe disse que ela receberia 1 (um) salário mínimo para ficar em casa e extra sempre que saísse com ele. Frente à recusa da vítima, o advogado propôs-lhe montar um apartamento para ela morar e servi-lo. Como ela não aceitou, ele ligou para o namorado de sua irmã, cujo telefone constava na ficha que ela preencheu como pessoa de referência, para perguntar se a vítima ‘fazia a vida’, se cobrava por programa.”

“Após 4 anos de convívio marital, mãe de filhos gêmeos de 4 anos, a vítima abandonou o marido há um ano, depois de encontrá-lo bêbado. Atualmente seus filhos moram com os avós e ela está impossibilitada de vê-los pois ele cria tumulto sempre que ela os vai visitar. Constantemente ele a ameaça de morte bem como a seus pais. Por telefone ele ameaçou-a de matá-la e de quebrá-la em pedaços. Relatou aos filhos, quando os visitou, que ele vende drogas e que quando crescerem devem ser inteligentes como o pai, beber, roubar e matar. A vítima deu

queixa do ex-amásio porém ele não compareceu à entrevista para resolver a separação.”

“A vítima e outras colegas já foram ofendidas e humilhadas pela sua chefe em seu local de trabalho por diversas vezes. A agressora reclamou que o horário do café estava demorado e iniciou a reunião destratando-a como: ‘caloteira, mentirosa e autoritária’. Quando tentou se defender ela chamou-a de ‘negra ridícula e escrota’. O registro foi encaminhado ao Sindicato da área de Saúde.”

“O marido saiu de casa, está morando num novo endereço com outra mulher. De vez em quando ele aparece, deixa algum dinheiro, quantia que não é suficiente para as despesas e faz ameaças dizendo para ela ficar na dela que ele ajuda dessa forma, pois se tomar alguma atitude ele some, ela ficará sozinha sem nenhuma assistência.”

“A vítima teve um caso amoroso com a agressora, por ter sofrido agressões físicas rompeu o relacionamento. A agressora não aceita, a mesma retirou dinheiro de sua conta. Não se dando por satisfeita foi à casa da vítima roubou seus documentos, e com o número de conta bancária e senha ela transferiu o dinheiro para sua conta. A vítima foi procurá-la querendo seu dinheiro de volta, ela foi novamente agredida pela ex-amante.”

“O agressor está se relacionando com outros homens. O pai dela é que sustenta a casa. Quando estavam brigando ele quebrou o braço da vítima. Ele leva fitas de vídeo pornográficas para os filhos (idade de 2, 5 e 6 anos) com conivência do pai dele. O que ela mais deseja no momento é a separação.”

“A vítima alega que mesmo no período de namoro ele a ameaçava de morte. Atualmente estão separados, ele faz ameaças. Veio registrar porque ele disparou dois tiros contra um amigo dela sem nenhum motivo.”

“Embora o agressor tenha constituído outra família, ele não aceita que a ex-esposa namore. Após encontrá-la na casa da irmã com um namorado, invadiu o domicílio da esposa, revirou documentos, arrancou o telefone da parede e o quebrou, ameaçou de fazer escândalo no local do trabalho dela e de matá-la e ameaçou-a dizendo: ‘Acabo com você se te pegar na minha reta’.”

Estas histórias descritas e compiladas fazem parte das reclamações e protestos que chegam à Delegacia Especializada de Mulheres de Vitória “protagonizadas por mulheres que abrangem uma variedade de situações e de relações dificilmente redutíveis ao termo genérico ‘violência contra a mulher’”.

De acordo com observações dos profissionais de atendimento e estudos sobre o tema, a maioria das mulheres, ao procurarem a Demu, não desejam que seus maridos/companheiros sejam presos. Elas simplesmente querem que o aparato policial institucionalizado possa tomar uma atitude, aplicar “um corretivo” o mais rápido possível. Não interessa para elas o fim do relacionamento, mas que a interlocução com a delegacia possa provocar mudanças positivas no tipo de relacionamento. Existem também aquelas que retiram a queixa por estarem sob

ameaças e não acreditarem que exista alguém que possa agir em favor de suas aflições.

3.7 Meios empregados

Os meios empregados referem-se à maneira de agir do perpetrador da violência com o intuito de acossar a vítima ou manter a situação “sob controle”. Como o agressor pode empregar mais de um meio, foram coletadas, nos 708 BOs analisados, 1.022 informações dentro deste item (tabela 6).

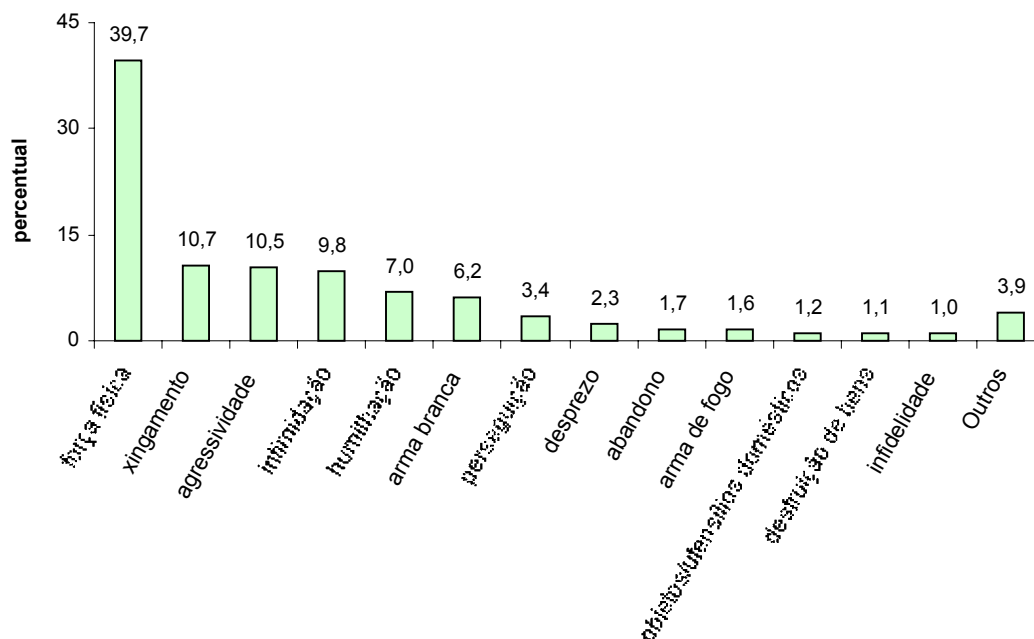
A força física representou quase 40% dos registros, seguida por xingamentos (10,7%) e agressividade (10,5%). (Por agressividade entende-se aqui atitudes de exaltação, autoritarismo, descontrole emocional, vindo com frequência desembocar em agressões físicas.) Estudo realizado por Schraiber et al. (2002) em uma unidade básica de saúde do município de São Paulo constatou que 55,6% das mulheres entrevistadas responderam ter sofrido agressões dessa natureza.

Tabela 5 – Número de ocorrências segundo os meios empregados – Jan-Jun/2001

Meios empregados	Número de ocorrências
Força física	406
Xingamento	109
Agressividade	107
Intimidação	100
Humilhação	72
Arma branca	63
Perseguição	35
Desprezo	24
Abandono	17
Arma de fogo	16
Objetos/utensílios domésticos	12
Destruição de bens	11
Infidelidade	10
Outros	40
Total	1.022

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

Figura 3 – Distribuição percentual das ocorrências segundo meios empregados – Jan-Jun/2001



Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

3.8 Reincidência

É a repetição de ato de mesma espécie, ou seja, a vítima declara que foi agredida mais de uma vez.

Dos 708 boletins pesquisados, em 639 (90,3% do total) há informação sobre reincidência da agressão; em uma expressiva maioria (449 boletins, correspondendo a 70,3%) a vítima afirma que houve reincidência. A reincidência de agressões é que motiva a vítima a denunciar.

O elevado percentual de reincidência é mais uma face da gravidade do problema. Por outro lado, a denúncia pode indicar que as vítimas de alguma forma consideram a delegacia como uma salvaguarda para resolver sua situação.

3.9 Outras vítimas – Quem ? Como?

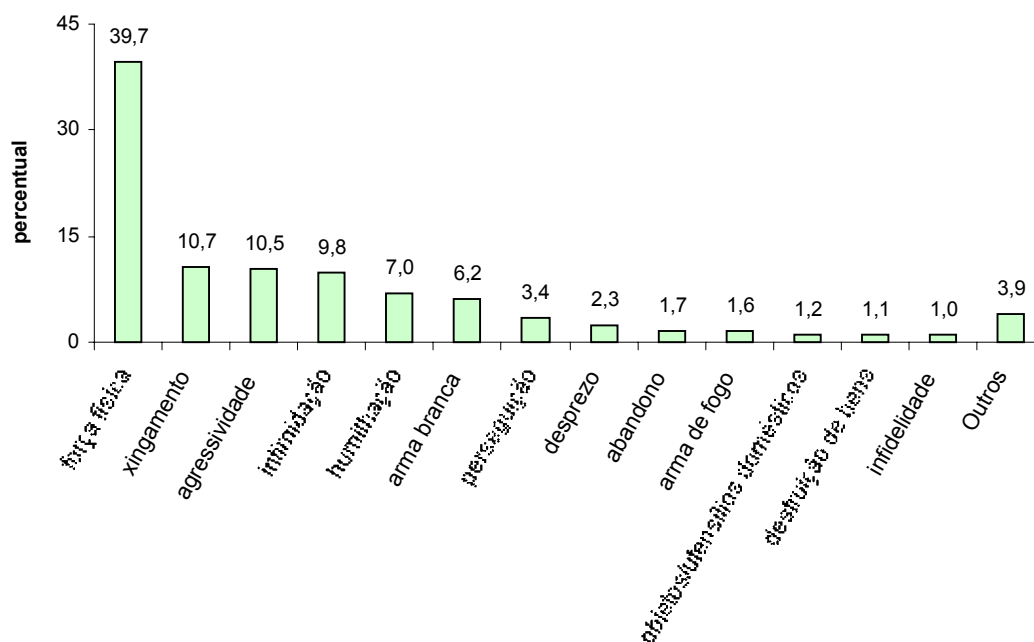
Uma outra face do problema refere-se à violência praticada contra outras pessoas que convivem com a vítima principal, entendendo-se esta como sendo a mulher, e perpetrada pelo mesmo agressor.

Em 602 registros (85%) constatou-se a presença de outras vítimas, totalizando 488 pessoas. Dessas, 203 (42%) eram filhos(as) da vítima com o agressor e 45 (9%) eram filhos(as) apenas da vítima.

Tabela 6 – Número de ocorrências de outros envolvidos – Jan-Jun/2001

Outros envolvidos	Número de ocorrências
Filhos do casal	203
Outros familiares	101
Testemunhas ocasionais	74
Colegas de trabalho e/ou amigos	65
Filhos apenas da vítima	45
Total	488

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

Figura 4 – Percentual de outros envolvidos – Jan-Jun/2001

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Nota: Elaboração: IPES.

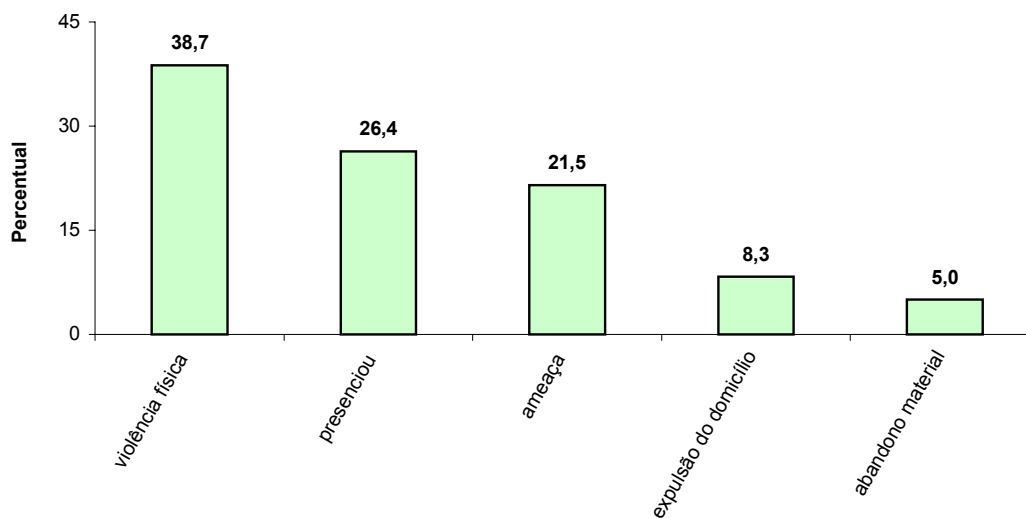
A tabela 7 demonstra o tipo de violência sofrida por essas outras vítimas. Ressaltando-se novamente que uma mesma pessoa pode sofrer mais de um tipo de agressão. Foram levantados 576 registros, com predominância da violência física (39%).

Tabela 7 – Número de ocorrências segundo formas de participação de outros envolvidos – Jan-Jun/2001

Outros envolvidos	Número de ocorrências
Violência física	223
Presenciou	152
Ameaça	124
Expulsão do domicílio	48
Abandono material	29
Total	576

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

Figura 5 – Percentual de formas de participação de outros envolvidos – Jan-Jun/2001



Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

4.

CARACTERIZAÇÃO DA VÍTIMA**4.1 Idade da vítima**

Foi possível identificar a idade da vítima em 687 BOs (97%). A idade variou de 12 a 77 anos, com média de 33 anos. Metade das vítimas se encontrava na faixa etária de 25 a 39 anos. O estudo de Deslandes et al. (2000) detectou que 45,7% das vítimas tinham idade entre 20 e 29 anos. No entanto, essa pesquisa considerou a idade mínima de 15 anos como critério de inclusão.

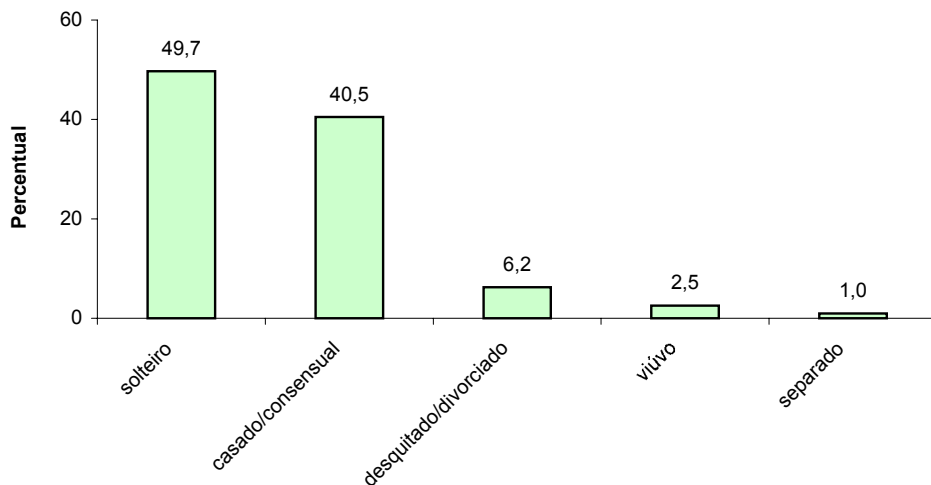
4.2 Estado civil

Conforme os dados da tabela 8, quase metade das vítimas declararam-se solteiras. Como se trata de um relato espontâneo, é possível que muitas, mesmo convivendo com o seu companheiro, não se tenham declarado casadas, por não ter essa condição conjugal oficializada. Na bibliografia constata-se a mesma situação. Na pesquisa de Schraiber et al. (2002), 59% declararam-se solteiras, e no estudo de Deslandes et al. (2000), 45,7%.

Tabela 8 – Número de vítimas segundo estado civil – Jan-Jun/2001

Estado civil	Número de vítimas
Solteiro	351
Casado/consensual	286
Desquitado/divorciado	44
Viúvo	18
Separado	7
Total	706
Sem informação	2
Total	708

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

Figura 6 – Percentual de vítimas segundo estado civil – Jan-Jun/2001

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

4.3 Moradia com o agressor

Em 698 BOs (98,6%) as vítimas declararam a sua situação de moradia com o agressor. Trezentas e cinquenta e nove (51,4%) afirmaram residir com ele.

4.4 Tempo de convívio com o agressor

Cerca de 68% das vítimas (483 vítimas) informaram o tempo de convívio com o agressor, que varia de um mês a 50 anos, com média de 11 anos. Embora o tempo médio de convívio configure-se como suficiente para que a vítima busque solução para um problema que a atinge de maneira tão profunda, é importante destacar que vários fatores, como dependência econômica, perda de auto-estima, insegurança, presença de filhos menores, contribuem para que a situação persista por muitos anos, levando em conta o grande percentual de reincidência.

4.5 Filhos com o agressor

Encontramos nos registros 418 vítimas (59%) com filhos. O número de filhos varia de 1 (190 vítimas), correspondendo a 45,5% das vítimas que têm filho, a 8 (2 vítimas), com média igual a 2 filhos.

A variação da idade do filho é de 1 mês a 30 anos, com média de 7 anos, ressaltando que apenas 190 vítimas (26,8% das 418 vítimas com filhos) declararam a idade dos filhos.

Entre as vítimas com filhos, 354 (84,7%) afirmaram ter filhos com o agressor, e dessas, 169 declararam a idade dos filhos, variando de 1 mês a 30 anos, com média de 7 anos. Sendo assim, uma característica dos filhos é a pouca idade.

4.6 Relação com o agressor

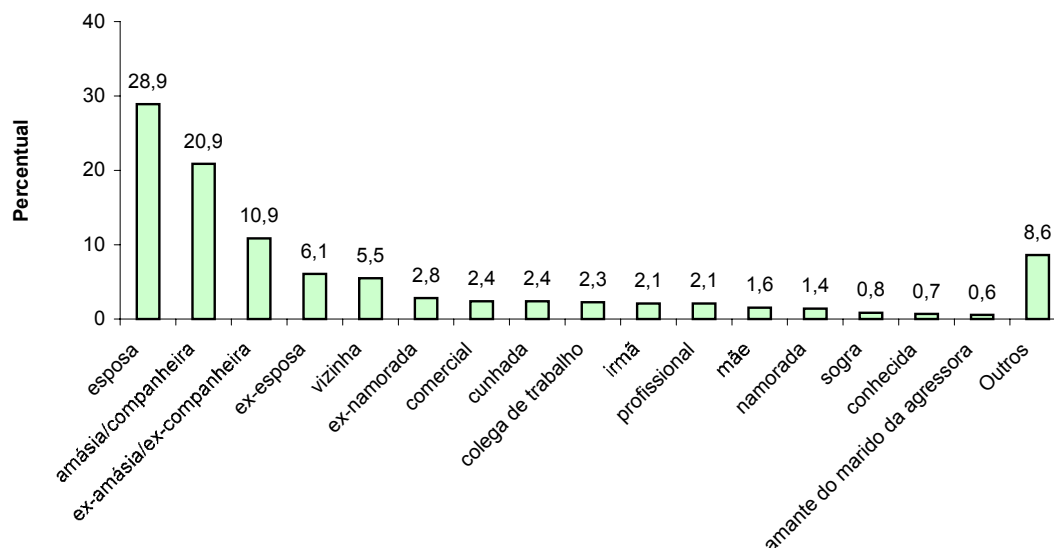
A tabela 9 apresenta o tipo de relação entre a vítima e o agressor. Esse dado foi identificado em 704 BOs, que geraram 709 declarações de diferentes tipos de relação. Percebe-se que 30% das vítimas eram esposas do agressor, constatação compatível com o estudo de Deslandes et al. (2000), que encontrou 36% das vítimas com essa situação conjugal.

Tabela 9 – Número de ocorrências segundo relação com agressor – Jan-Jun/2001

Relação com o agressor	Número de ocorrências
Esposa	205
Amásia/companheira	148
Ex-amásia/ex-companheira	77
Ex-esposa	43
Vizinha	39
Ex-namorada	20
Comercial	17
Cunhada	17
Colega de trabalho	16
Irmã	15
Profissional	15
Mãe	11
Namorada	10
Sogra	6
Conhecida	5
Amante do marido da agressora	4
Outros	61
Total	709

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

Figura 7 – Percentual de ocorrências segundo relação com o agressor Jan-Jun/2001



Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

4.7 Região administrativa de residência

Para efeitos deste estudo, considerar-se-á como local de residência da vítima a Região Administrativa (RA) de Vitória. Os bairros do município foram agregados por RA (anexo 4), conforme divisão realizada pela Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (Sedec).

Como identificado anteriormente, a idade das vítimas varia de 12 a 77 anos. Utilizou-se a população feminina nas faixas etárias de 10 a 79 anos, estimada pela Sedec, para todas as RAs. Com isso foi possível comparar a distribuição, tanto da vítimas como da população feminina residente, por RA. Dividiu-se o número de vítimas de RA por suas respectivas populações e multiplicou-se o resultado por 1.000, para comparar as incidências de violência por RA.

Conforme os dados da tabela 10, as RAs de Maruípe e Continental concentram aproximadamente 49% da população feminina em estudo, mesmo percentual observado para número de mulheres vítimas de violência. Analisando as RAs separadamente, Maruípe apresenta proporcionalmente mais vítimas do que a Continental (2,6 vezes mais). O que pode explicar essa situação é o fato de haver subnotificação entre as camadas populacionais economicamente mais favorecidas (a RA Continental apresenta bairros com melhores indicadores sociais e econômicos) em decorrência de maior resistência dessas vítimas em prestar queixa. Contudo, sabe-se que a violência contra a mulher ocorre em todos os níveis socioeconômicos (CABRAL, 1999).

O mesmo comportamento foi observado quando se comparam as RAs São Pedro e Praia do Canto. A concentração populacional é muito parecida, mas a proporção de

vítimas é 2,6 vezes maior na RA São Pedro. Como a RA Praia do Canto é formada por bairros com melhores indicadores socioeconômicos, a explicação é análoga à descrita no parágrafo anterior.

Tabela 10 – Número de vítimas e população, segundo região administrativa de residência da vítima - 2000

Região Administrativa	Vítimas		População*		vítimas por 1000 hab.
	Número	%	Número	%	
Maruípe (4)	198	29,2	22.826	18,2	8,7
Continental (6)	132	19,5	38.974	31,0	3,4
Santo Antônio (2)	94	13,9	15.708	12,5	6,0
Bento Ferreira (3)	93	13,7	14.649	11,6	6,3
São Pedro (7)	89	13,1	11.327	9,0	7,9
Praia do Canto (5)	40	5,9	13.529	10,8	3,0
Centro (1)	32	4,7	8.731	6,9	3,7
Subtotal	678	100	125.744	100	5,4
Sem informação	30	-	-	-	-
Total	708	-	-	-	-

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES

Censo 2000 – Dados do Universo/IBGE. Secretaria de Desenvolvimento da Cidade/Prefeitura Municipal de Vitória

Elaboração: IPES.

Notas: (*) População residente feminina de 10 a 79 anos.

4.8 Grupo de ocupação

Na tabela a seguir temos o grupo de ocupação, formado a partir da profissão declarada pela vítima. Para se ter uma informação mais consistente e padronizada, as profissões foram agrupadas de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) do Ministério do Trabalho.

Tabela 11 – Número de vítimas e percentual segundo grupo de ocupação da vítima – Jan-Jun/2001

Grupo de ocupação da vítima	Número de vítimas	Em %
		%
Trabalhadoras dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercado	321	45,3
Do lar	166	23,4
Técnicas de nível médio	62	8,8
Trabalhadoras de serviços administrativos	40	5,6
Profissionais das ciências e das artes	39	5,5
Estudantes/estagiárias	33	4,7

Continua

Tabela 11 – Número de vítimas e percentual segundo grupo de ocupação da vítima – Jan-Jun/2001

Grupo de ocupação da vítima	Número de vítimas	Em %
		Conclusão
		%
Desempregadas e outras	15	2,1
Funcionárias públicas	14	2,0
Aposentadas	12	1,7
Trabalhadoras da produção de bens e serviços industriais	6	0,8
Total	708	100,0

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES

Elaboração: IPES.

As profissões mais destacadas das vítimas de acordo com os grupos podem ser observadas no anexo 5 deste trabalho.

5.

CARACTERIZAÇÃO DO AGRESSOR

5.1 Número de agressores

Refere-se à quantidade de agressores por vítima.

Em 686 boletins, que equivalem a 96,9% do total, foi registrado um agressor por vítima. Em 20 boletins (2,8%) foram encontrados dois agressores. Nos dois boletins restantes (0,3%) foram três os agressores. Portanto, foram apontados 732 agressores.

5.2 Sexo

O sexo dos agressores foi registrado em 704 boletins, contabilizando 728 agressores.

A maioria é do sexo masculino, 615 agressores, ou seja, 84,5% do total, em contraposição ao sexo da vítima.

5.3 Idade

Foram informadas as idades dos agressores em 622 boletins, 87,9% do total. A faixa etária dos agressores varia de 17 a 73 anos, com média de 36 anos. Cerca de metade dos agressores está entre 28 e 43 anos.

5.4 Cútiis

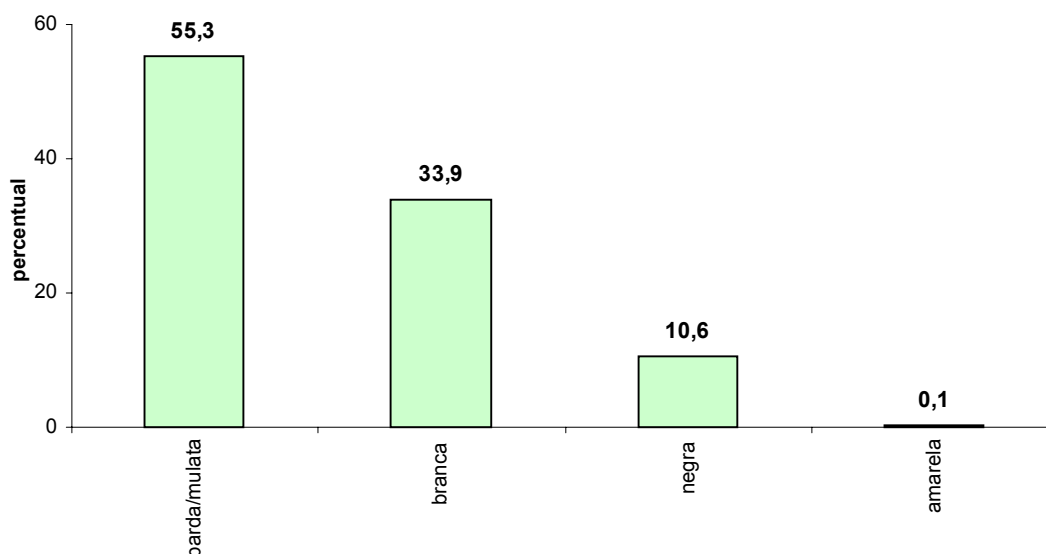
Foi informada a cor da cútiis dos agressores em 668 boletins (94,4% do total), perfazendo 678 registros. Verificou-se que a cútiis do agressor concentra-se em parda/mulata (55,3% do total). Pardos, mulatos e negros perfazem 65,9% dos agressores. Não se deve ignorar a subjetividade presente no registro que aponta esta característica.

Tabela 12 – Número de ocorrência segundo a cor da cútiis do agressor – Jan-Jun/2001

Cor da cútiis do agressor	Número de ocorrências
Parda/mulata	375
Branca	230
Negra	72
Amarela	1
Total	678

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

Figura 8 – Percentual de ocorrência segundo a cor da cútis do agressor – Jan-Jun/2001



Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

5.5 Grupo de ocupação do agressor

Pode-se observar na tabela abaixo o grupo de ocupação, formado a partir da profissão declarada no BO. Para se ter uma informação mais consistente e padronizada, as profissões foram agrupadas de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) do Ministério do Trabalho.

Tabela 13 – Número de agressores e percentual segundo grupo de ocupação do agressor – Jan-Jun/2001

Grupo de ocupação do agressor	Número de agressores	Em %
		%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercado	363	50,3
Desempregado e outros	144	20,0
Profissionais das ciências e das artes	40	5,5
Aposentados	33	4,6
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	33	4,6
Funcionários públicos	32	4,4
Técnicos de nível médio	26	3,6
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	19	2,6
Do lar	16	2,2

Continua

Tabela 13 – Número de agressores e percentual segundo grupo de ocupação do agressor – Jan-Jun/2001

Grupo de ocupação do agressor	Número de agressores	Em %
		Conclusão
		%
Trabalhadores de serviços administrativos	11	1,5
Estudantes/estagiários	4	0,6
Total	721	100,0

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

As profissões mais destacadas dos agressores de acordo com os grupos podem ser observadas no anexo 6.

6.

FATO, VÍTIMAS E AGRESSORES**6.1 Idade das vítimas e idade dos agressores**

Conforme visto nos itens 4.1 e 5.3, os agressores têm idade média um pouco mais elevada (três anos) em relação à das vítimas. Em outras palavras, vítima e agressor têm idades próximas.

6.2 Tempo de convívio e reincidência

O tempo médio de convívio com os agressores reincidentes é de 10,3 anos, ao passo que, considerando os registros em que a vítima sofreu agressão pela primeira vez, essa média é de 10,2 anos. Isso sugere que o intervalo de tempo entre a primeira e a segunda ocorrência de agressão é pequeno, pois do contrário haveria um maior tempo de convívio entre vítimas e agressores reincidentes.

6.3 Moradia com o agressor e reincidência

De acordo com a tabela 14, a proporção de reincidência é maior nos casos em que a vítima mora com o agressor. Essa observação não surpreende, mas entre as vítimas que não moram com o agressor foram registradas cerca de 61% de reincidências.

Tabela 14 – Número de vítimas e percentual de acordo com moradia com o agressor, segundo reincidência – Jan-Jun/2001

Reincidência	Mora com o agressor?					
	Sim		Não		Total	
	Número de vítimas	%	Número de vítimas	%	Número de vítimas	%
Sim	250	79,6	196	61,4	446	70,5
Não	64	20,4	123	38,6	187	29,5
Total	314	100,0	319	100,0	633	100,0

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

6.4 Filhos com agressor e reincidência

Na tabela 15 verifica-se que nas ocorrências em que a vítima declarou ter filhos com o agressor a proporção de reincidência é maior (82% comparada a 58,8%).

Tabela 15 – Número de vítimas e percentual de acordo com filhos com o agressor, segundo reincidência – Jan-Jun/2001

Reincidência?	Filho(s) com o agressor?					
	Sim		Não		Total	
	Número de vítimas	%	Número de vítimas	%	Número de vítimas	%
Sim	269	82,0	30	58,8	299	78,9
Não	59	18,0	21	41,2	80	21,1
Total	328	100,0	51	100,0	379	100,0

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

6.5 Idade da vítima e reincidência

A idade média das vítimas no grupo das ocorrências com reincidência é 33 anos, enquanto no grupo sem reincidência a idade média é 34 anos, indicando que reincidência não está relacionada à idade da vítima.

6.6 Estado civil da vítima e reincidência

Na tabela 16, considerando as vítimas solteiras e casadas/consensuais (que correspondem a 90,2% do total), notamos pequenas diferenças dos percentuais de reincidência em relação ao total. Sendo assim, os dados apontam que reincidência não é um fenômeno que possa ser vinculado ao estado civil da vítima.

Tabela 16 – Número de vítimas e percentual de acordo com reincidência segundo estado civil da vítima – Jan-Jun/2001

Estado civil	Reincidência?			Total
		Sim	Não	
Solteiro	Número de vítimas	225	96	321
	%	70,1	29,9	100
Casado/consensual	Número de vítimas	188	70	258
	%	72,9	27,1	100
Viúvo	Número de vítimas	7	7	14
	%	50,0	50,0	100
Desquitado/divorciado	Número de vítimas	24	14	38
	%	63,2	36,8	100
Separado	Número de vítimas	4	3	7
	%	57,1	42,9	100
Total	Número de vítimas	448	190	638
	%	70,2	29,8	100

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

6.7 Encaminhamento e reincidência

A tabela 17 mostra de uma forma geral proporções semelhantes dos diversos encaminhamentos, independente de ter havido reincidência ou não. De acordo com os dados, a reincidência não é relevante para o encaminhamento providenciado.

Tabela 17 – Número de vítimas e percentual de reincidência segundo encaminhamento – Jan-Jun/2001

Encaminhamento	Reincidência?					
	Sim		Não		Total	
	Número de vítimas	%	Número de vítimas	%	Número de vítimas	%
Entrevista social	69	20,7	36	24,8	105	21,9
Fins judiciais	117	35,0	49	33,8	166	34,7
Exame lesões corporais	86	25,7	29	20,0	115	24,0
Intimação	28	8,4	12	8,3	40	8,4
Registro para fins de precaução	30	9,0	17	11,7	47	9,8
Solicitação de perícia no local	1	0,3	-	-	1	0,2
Encaminhamento para juizado de pequenas causas	3	0,9	2	1,4	5	1,0
Total	334	100,0	145	100,0	479	100,0

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

6.8 Idade da vítima e moradia com o agressor

As vítimas que afirmam morar com o agressor apresentam idade mais elevada (média igual a 34 anos) do que as vítimas que não moram com o agressor (média igual a 32 anos). Sendo assim, a diferença entre as idades médias é pequena.

6.9 Estado civil da vítima e moradia com o agressor

Observando a tabela 18, entre as vítimas que moram com o agressor, a maioria (50,9%) declara viver em estado casado/consensual. Por outro lado, considerando as que não moram com o agressor, as vítimas são, em sua maioria, solteiras (55,6%). Vale ressaltar a elevada proporção de vítimas residindo com o agressor e declarando-se solteiras (43,5%).

Tabela 18 – Número de vítimas e percentual de acordo com moradia com o agressor, segundo estado civil da vítima – Jan-Jun/2001

Estado civil	Mora com o agressor?					
	Sim		Não		Total	
	Número de vítimas	%	Número de vítimas	%	Número de vítimas	%
Solteiro	147	43,5	199	55,6	346	49,7
Casado/consensual	172	50,9	113	31,6	285	40,9
Viúvo	3	0,9	13	3,6	16	2,3
Desquitado/divorciado	14	4,1	28	7,8	42	6,0
Separado	2	0,6	5	1,4	7	1,0
Total	338	100,0	358	100,0	696	100,0

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

6.10 Filhos com o agressor e moradia com o agressor

Notamos na tabela 19 que a maioria das vítimas que são mães tem filhos com o agressor e mora com ele.

Entre as vítimas que não moram com o agressor, 75,3% delas têm filho(s) com ele.

Tabela 19 – Número de vítimas e percentual de acordo com moradia com o agressor, segundo filhos com o agressor – Jan-Jun/2001

Filho(s) com o agressor ?	Mora com o agressor?					
	Sim		Não		Total	
	Número de vítimas	%	Número de vítimas	%	Número de vítimas	%
Sim	237	94,4	116	75,3	353	87,2
Não	14	5,6	38	24,7	52	12,8
Total	251	100,0	154	100,0	405	100,0

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

6.11 Residência da vítima e do agressor

Tabela 20 – Número de agressores e percentual segundo região administrativa de residência do agressor

Região administrativa	Número de agressores	%
Maruípe (4)	169	28,8
Continental (6)	103	17,6
Bento Ferreira (3)	82	14,0
Santo Antônio (2)	81	13,8
São Pedro (7)	80	13,7
Praia do Canto (5)	39	6,7
Centro (1)	32	5,5
Total	586	100,0
Outros municípios/sem informação	146	-
Total	732	-

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

A distribuição percentual tanto das regiões de residência dos agressores (tabela 20) quanto as das vítimas (tabela 10) são semelhantes. Além disso, através do cruzamento das regiões de residência das vítimas e dos agressores, a pesquisa feita em cerca de 90% dos boletins coletados confirma que vítimas e agressores residem na mesma região.

No item 4.4 vimos que 51,4% das vítimas moram com o agressor. Conclui-se portanto que geralmente, quando vítima e agressor não moram juntos, moram próximos.

7.

ENCAMINHAMENTOS

Entende-se por encaminhamento o procedimento dado na delegacia para conduzir as ocorrências aos meios competentes, para que elas possam ser atendidas conforme a situação de cada caso.

Segue-se a definição de cada encaminhamento registrado neste trabalho:

Para fins judiciais: recurso utilizado para separação ou dissolução de uma sociedade de fato ou estado de concubinato ou para pedir indenização.

Exame de lesões corporais: condução ao Departamento Médico Legal (DML) para exame de corpo de delito.

Entrevista social: oportunidade para ouvir as partes, como também uma forma de reconciliação do casal.

Registro para fins de precaução: simples registro da ocorrência, ou seja, deixar documentado o fato ocorrido.

Intimação: convocação pela delegada para comparecer à delegacia para alguma finalidade (depoimento ou audiência).

Encaminhamento para juizado de pequenas causas: quando o termo circunstanciado de ocorrência (TCO) é encaminhado para o juizado especial criminal.

Solicitação de perícia no local: utilizado quando há destruição de bens, ou seja, danos materiais.

De acordo com a tabela 21, em 524 boletins (74% do total) há informações sobre o encaminhamento dado. Destaca-se o encaminhamento para fins judiciais (34,4%). Em aproximadamente 10% das ocorrências houve o simples registro para fins de precaução. Os encaminhamentos para juizado de pequenas causas representam uma proporção muito baixa (1,3%).

Tabela 21 – Número de ocorrências e percentual segundo os encaminhamentos – Jan-Jun/2001

Encaminhamento	Número de ocorrências	%
Fins judiciais	180	34,4
Exame lesões corporais	124	23,7
Entrevista social	117	22,3
Registro para fins de precaução	52	9,9
Intimação	43	8,2
Encaminhamento para juizado de pequenas causas	7	1,3

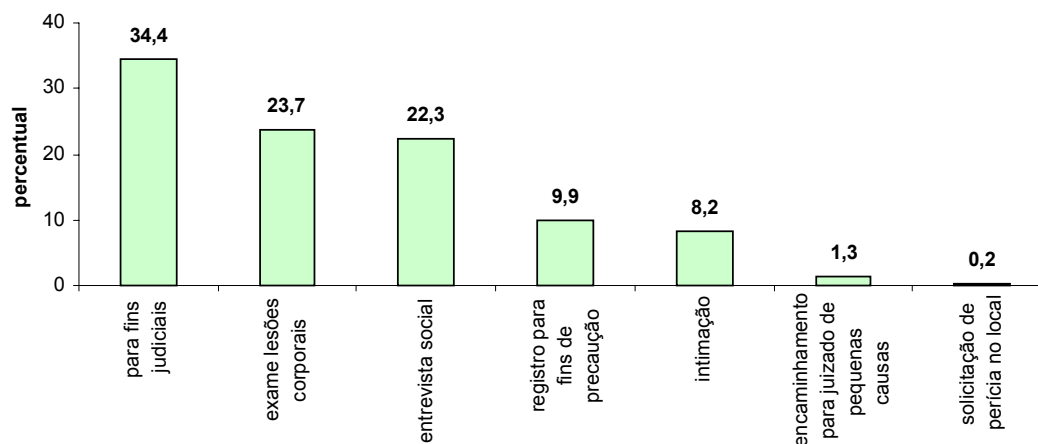
Continua

Tabela 21 – Número de ocorrências e percentual segundo os encaminhamentos – Jan-Jun/2001

Encaminhamento	Número de ocorrências	Conclusão
		%
Solicitação de perícia no local	1	0,2
Total	524	100,0
Sem informação	184	-
Total	708	-

Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

Figura 9 – Percentual dos encaminhamentos – Jan-Jun/2001



Fonte: Delegacia da Mulher de Vitória/ES
Elaboração: IPES.

8.**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa realizada sobre a violência praticada contra a mulher acrescenta o estudo de algumas variáveis importantes. Foram exploradas diversas características específicas a respeito do fato, do perfil da vítima e do agressor.

Serão aqui apontados alguns indicadores do resultado da pesquisa que merecem ser destacados.

Os dados apresentados permitem constatar que a violência contra a mulher ocorre principalmente no espaço doméstico, e é cometida por parceiros, ou outras pessoas com quem as vítimas mantêm relações afetivas ou íntimas, incluindo filhos ou outros parentes. Ela está historicamente arraigada nos hábitos, costumes e comportamentos socioculturais, de tal forma que muitas mulheres vitimizadas encontram dificuldade em romper com situações de violência; entre outros fatores, por acreditarem que seus companheiros têm direito de puni-las.

Os dados também demonstram que a violência atinge mulheres com idade média de 33 anos, declarando serem solteiras, mesmo vivendo maritalmente com o agressor. A idade média do agressor é de 36 anos. Os dados demonstram que a idade da vítima e a do agressor são próximas, ambos estão em plena atividade produtiva.

O tempo de convívio médio da vítima com o agressor é de 11 anos. A grande maioria possui filhos com o agressor.

A profissão que mais se destacou das vítimas que apresentaram queixa foi a de empregada doméstica. Quanto ao agressor, a profissão mais expressiva foi a de pedreiro.

A maior incidência das denúncias, tanto da vítima quanto do agressor, ocorre na Região Administrativa de Maruípe, que abrange os seguintes bairros: Andorinhas, Santa Marta, Joana D'Arc, São Cristóvão, Itararé, Bairro da Penha, Bonfim, São Benedito, Santos Dumont, Santa Cecília, Maruípe, Tabuazeiro e Engenharia.

A cútiis predominante do agressor é a parda/mulata. Este é um dado que deve ser visto com muita cautela, pois é passível de avaliações subjetivas e de difícil controle. A informação é polêmica, tanto para esta pesquisa como para os dados do Censo Demográfico, uma vez que o entrevistador e o entrevistado podem ser levados a "favorecer" o "branqueamento" e/ou "enegrecimento" da pele, como vem sendo constatado em diversas pesquisas sociais.

Neste trabalho foi constatado que a agressão física, seguida de ameaças diversas e lesão corporal, predomina dentre todas as naturezas da ocorrência. Constata-se, assim, a dominação de uma sociedade machista, onde o homem procura vencer pela força, estabelecendo assim uma relação doentia, marcada pela crueldade da violência.

As reincidências demonstram que a vítima, apesar de se sentir traída e violada, permanece na relação com o agressor. Este, por sua vez, promete não repetir o ato agressivo, no intuito de obter a reconciliação, mas acaba reincidindo em nova agressão.

Percebe-se que o fenômeno em questão está presente em todas as classes sociais. As mulheres de baixa renda são as que mais apresentam queixa, apesar de muitas vezes esta ser adiada por anos em função da falta de consciência, da dependência econômica e afetiva. Isso não significa que a violência não atinja as mulheres de renda mais elevada. Ocorre que estas têm maior constrangimento em denunciar. Além disso, são mais bem informadas sobre seus direitos, utilizam outros recursos, como a separação ou terapias, como forma de resolver a situação.

Por outro lado, vemos que neste universo os agressores são pessoas marcadas pelas contradições da sociedade, e que muitas vezes também são vítimas do sistema, o que não os exime de responsabilidades. Podemos observar em alguns relatos que os agressores têm seus corpos marcados, alguns apresentam sinais de tiros, o que confirma a tese de que a opressão leva o homem a oprimir, ou seja, o mais oprimido dos homens ainda tem alguém a oprimir, que é a mulher.

As delegacias, de forma geral, enfrentam dificuldades, tanto em termos de recursos humanos como material. Constatamos que fazemos a partir de pesquisa *in loco* (no caso da Região Metropolitana da Grande Vitória) e de leituras sobre a situação das delegacias dos demais estados brasileiros. Mesmo assim, vêm contribuindo de forma significativa para coibir atos de violência praticados contra a mulher. Devem portanto receber maior apoio dos órgãos governamentais. Faz-se necessário, para tanto, equipar as delegacias existentes, criar outras e também propiciar o acolhimento das mulheres em casas/abrigos equipadas para recebê-las num momento tão frágil de sua vida.

Para que o tema aqui tratado diminua paulatinamente, deve a luta contra ela ser assumida cada vez mais pelos diversos movimentos sociais e entidades que combatem toda forma de exploração e discriminação. Não se pode admitir que a “naturalidade” destas ações tome conta da situação. Para tanto, é fundamental continuar investigando a violência ocorrida nas relações de gênero.

Combater a ideologia de dominação que sustenta este tipo de violência através de campanhas de esclarecimento e informação educativas sobre os direitos de ambos os sexos, dirigidas à criança e ao adolescente, contribuirão de forma significativa para alcançar as mudanças gradativas necessárias. Sabe-se que estas não se modificam em curto prazo. Tal combate envolve uma transformação cultural profunda, que requer uma revisão das estruturas de poder, para que as formas opressivas na relação homem/mulher não se perpetuem.

ANEXOS

Anexo 1 - Roteiro de visita às Delegacias da Mulher na RMGV

DATA: dezembro de 2001 a janeiro de 2002

DELEGADA:

TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA VISITA:

1. O BO é preenchido em todas as situações? São digitados? Onde são arquivados após preenchimento? Qual o período dos documentos arquivados? É possível acessá-los? E qual a média diária de atendimento?
2. A delegacia atende outros casos que não estejam relacionados com a mulher? É feito atendimento à mulher de outros municípios?
3. Onde são realizados os atendimentos à mulher à noite e nos finais de semana?
4. Em caso grave em que a vítima não tem para onde ir, qual o procedimento?
5. Existe um padrão nas especificações das descrições? para onde são encaminhados os levantamentos mensais?
6. Histórico da visita.

Anexo 2 - Visitas às Delegacias Especiais

Respostas às questões, que constam no roteiro das entrevistas (conforme anexo 1), às delegadas responsáveis da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Destaca-se aqui a síntese da visita a cada uma delas realizadas no final do ano de 2001 e início do ano de 2002.

1.1 Delegacia da Mulher de Vila Velha

À época da visita, a Delegacia da Mulher de Vila Velha encontrava-se em boas condições de funcionamento. A reforma do prédio e a aquisição dos móveis foram realizadas com recursos oriundos de doações. Está situada no centro de Vila Velha, permitindo aos usuários fácil acesso.

Conforme informação da delegada, o Boletim de Ocorrência em uso não atende à Delegacia da Mulher, porque não há campo para especificar o maior número de atendimento na delegacia, que é o atendimento social. A vítima procura a delegacia, relata sua história à delegada e é marcado novo horário para possibilitar um entendimento entre a vítima e o agressor. Na maioria das vezes, os conflitos são resolvidos sem a necessidade de um processo judicial.

A delegada espera que, após passar às mãos da sub-secretária de Segurança as descrições de todos os casos atendidos para constarem em um levantamento mensal, seja criada uma planilha especial para a Delegacia da Mulher, onde as delegacias possam descrever realmente o trabalho que é desenvolvido diariamente, propiciando o registro de um maior número de dados que serão úteis à polícia, aos órgãos de pesquisa e principalmente à sociedade.

1.2 Delegacia da Mulher de Cariacica

A delegada responde pela Delegacia Policial de Cariacica e pela Delegacia da Mulher de Cariacica e Viana. A Delegacia da Mulher de Cariacica funciona com um quadro de pessoal composto pela delegada, dois escrivões, quatro investigadores e uma estagiária em serviço social.

Está localizada em uma sala de um prédio mal conservado, alugado pela prefeitura no centro de Campo Grande, estando com ordem de despejo por falta de pagamento do aluguel por parte do Governo do Estado.

A delegada recebe as ocorrências de violência contra a mulher no Disque Denúncias, mas não há policiais nem armamento adequado disponível para investigá-las. Aguarda uma providência da prefeitura no sentido de instalar a Delegacia da Mulher em lugar próprio e adequado ao atendimento.

1.3 Delegacia da Mulher de Vitória

A delegacia está instalada em sede própria, bem conservada, localizada próximo ao Departamento Médico Legal, o que facilita as vítimas quando estas necessitam realizar exames físicos.

A delegada responde pela Delegacia da Mulher e pelo atendimento ao idoso. A delegacia funciona com um quadro de pessoal composto pela delegada, escrivões, investigadores e estagiária de serviço social.

A delegada apresentou a minuta de sugestões para compor uma nova planilha específica e mais completa para o atendimento à mulher, que será encaminhada à sub-secretária de Segurança. Esta planilha apresenta vários dados estatísticos importantes, possibilitando traçar um perfil detalhado da vítima e do agressor.

Nos BOs de anos anteriores podem ser levantados alguns dados da vítima e do agressor, mas não muito detalhados.

1.4 Delegacia da Mulher de Guarapari

A delegacia está instalada em sede própria, que pertence à prefeitura. Apresenta um bom estado de conservação, localiza-se no centro de Muquiçaba e possibilita aos usuários fácil acesso.

A delegada é responsável pela Delegacia da Mulher e também pelo atendimento ao menor infrator. A delegacia funciona com um quadro de pessoal composto pela delegada, uma escrivã, um investigador e um policial.

A delegacia atende também ao menor infrator, mas não consegue dar prosseguimento ao processo no prazo determinado pelo promotor, devido à falta de pessoal e carro em bom estado para realizar as intimações.

A delegada lamentou a falta de campos específicos para o atendimento à mulher no BO utilizado atualmente, como: cútis e grau de instrução.

1.5 Delegacia da Mulher da Serra

A delegacia está instalada em uma sala do Departamento de Polícia Judiciária de Laranjeiras, em frente ao terminal rodoviário, local em que os usuários têm fácil acesso.

A delegada responde somente pela Delegacia da Mulher, que tem um quadro de pessoal composto pela delegada, uma escrivã e dois investigadores.

A delegada apresentou estatísticas relativas ao período de 1999 a setembro de 2001, em que se percebe um aumento significativo de atendimento em três anos, conforme discriminado abaixo:

Delegacia da Mulher da Serra, estatísticas relativas de atendimento – 1999 Set/ 2001

Ano	Atendimento anual	Atendimento diário	Variação
1999	1.187	4,95	-
2000	1.297	5,41	+ 9,29%
2001	1.576 até set	6,57	+ 21,44%

Fonte: Delegacia da Mulher da Serra - ES

Elaboração: IPES.

A delegacia conta com apoio técnico da prefeitura, da UNESCO e principalmente de associações de defesa da mulher formadas por mulheres da comunidade, a saber:
Advogado – Casa do Cidadão da Secretaria de Direitos Humanos – Prefeitura e UNESCO

Psicólogo – Secretaria da Saúde – Prefeitura

Assistente Social – Prefeitura

A delegada lamenta não possuir um local adequado para o atendimento da mulher e um albergue para abrigá-la quando necessário, pois a delegacia funciona dentro do DPJ, onde as mulheres aguardam atendimento no pátio juntamente com os presos.

A delegada sugere acrescentar alguns campos no novo BO, que será criado para atendimento específico da mulher, como: número de filhos; tempo de convivência com companheiro/a; estado físico do agressor; número de denúncias.

O quadro 1 refere-se aos campos de preenchimento dos BOs, existentes nos boletins, e a sugestões para novos campos de acordo com as entrevistas às delegadas e o trabalho de campo dos técnicos do Ipes.

Dados que constam no boletim de ocorrência atual e sugestões para novos campos

Atuais campos do Bo*	Sugestões de novos campos
Do Fato:	-
Data:	-
Horário:	-
Local:	-
Meios empregados:	-
Da vítima:	Vítima:
Bairro – município	Número de filhos
Data de nascimento (idade)	Tempo de convivência
Estado civil	Cútis
Profissão	Quantidade de ocorrências
Naturalidade	Grau de instrução
Trabalha?	Grau de parentesco com autor
	Reincidência
	Outras vítimas – quem e como?
	Convive com o agressor
Do agressor:	Agressor:
Bairro – município	Grau de instrução
Idade	-
Alcunha (apelido)	-
Cútis (cor)	-
Naturalidade	-
Profissão	-
Trabalha?	-
Data do BO	
Providências após o atendimento:	
No verso do BO consta o resumo histórico do acontecimento	

- Os campos que poderão ser úteis para estatística foram retirados do formulário *Boletim de Ocorrência* usado atualmente nas Delegacias da Mulher. Não afirmando, portanto, se todos estes campos são obrigatoriamente preenchidos.

Anexo 3 - Levantamento de Dados do Boletim de Ocorrência nas Delegacias da Mulher

Delegacia da mulher da Praia do Canto

Mês do BO:

Nº ORD	Fato																			Reinci- dência		Outras Vítimas
	Natureza da Ocorrência1	Natureza da Ocorrência2	Natureza da Ocorrência3	Natureza da Ocorrência4	Natureza da Ocorrência5	Dia da Semana	Data	Turno	Hora	Local1	Local 2	Motivação Declarada 1	Motivação Declarada 2	Motivação Declarada 3	Meios Empregados 1	Meios Empregados 2	Meios Empregados 3	Meios Empregados 4	S	N		
1																						
2																						
3																						
4																						
5																						

Tempo convívio agressor	Nº filhos (idade)	Filhos c/ agressor?		Relação c/ agressor	Vítima						Agressor						Dia BO	Encaminhamento					
		S	N		Bairro	Nascimento/ Idade	Estado civil	Naturalidade	Profissão	Trabalho	Bairro	Sexo	Idade	Cútis	Naturalidade	Profissão			Trabalho				

Anexo 4 – Regiões administrativas e seus respectivos bairros

Região 1	Região 2	Região 3	Região 4
Forte São João	Ilha do Príncipe	Gurigica	Andorinhas
Centro	Mário Cypreste	Consolação	Santa Marta
Fonte Grande	Ariovaldo Favalessa	Horto	Joana D'Arc
Piedade	Caratoíra	Bento Ferreira	São Cristóvão
Bairro do Moscoso	Bairro do Quadro	Jesus de Nazareth	Itararé
Santa Clara	Bairro do Cabral	Monte Belo	Bairro da Penha
Parque Moscoso	Santa Tereza	Ilha de Santa Maria	Bonfim
Vila Rubim	Santo Antônio	Nazareth	São Benedito
	Bela Vista	Jucutuquara	Santos Dumont
	Inhanguetá	Bairro de Lourdes	Santa Cecília
	Universitário	Fradinhos	Maruípe
	Estrelinha	Cruzamento	Tabuazeiro
	Grande Vitória	Romão	
Região 5	Região 6	Região 7	
Praia do Canto	Pontal de Camburi	São Pedro	
Ilha do Frade	Jardim da Penha	Ilha das Caieiras	
Ilha Bela	Mata da Praia	Comdusa	
Enseada do Suá	Boa Vista	Santos Reis	
Praia do Suá	Morada de Camburi	São José	
Santa Helena	Bairro República	Santo André	
Santa Lúcia	Goiabeiras	Redenção	
Barro Vermelho	Antônio Honório	Conquista	
Santa Luíza	Segurança do Lar	Nova Palestina	
	Solon Borges	Resistência	
	Maria Ortiz		
	Jabour		
	Aeroporto		
	Jardim Camburi		

Fonte: Censo 2000 – Dados do Universo/IBGE. Secretaria de Desenvolvimento da Cidade/Prefeitura Municipal de Vitória

Anexo 5 – Profissões das vítimas que mais se destacaram de acordo com o grupo de ocupação - CBO

Trabalhadoras dos serviços, vendedoras do comércio em lojas e mercado:

- ✓ empregadas domésticas (85);
- ✓ comerciárias (38);
- ✓ auxiliares de serviços gerais (38);
- ✓ faxineiras (27);
- ✓ comerciantes (20);
- ✓ manicures (18);
- ✓ serventes (12);
- ✓ cabeleireiras (11);
- ✓ cozinheiras (9);
- ✓ costureiras (9).

Profissionais das ciências e das artes:

- ✓ jornalistas (6);
- ✓ artesãs (4);
- ✓ administradoras (3);
- ✓ médicas (3);
- ✓ projetistas (2);
- ✓ publicitárias (2);
- ✓ advogadas (2).

Técnicas de nível médio:

- ✓ professoras (25);
- ✓ técnicas de enfermagem (11);
- ✓ auxiliares de enfermagem (7);
- ✓ digitadoras (4).

Trabalhadoras de serviços administrativos:

- ✓ secretárias (30);
- ✓ auxiliares administrativas (6);
- ✓ telefonistas (3).

Anexo 6 – Profissões dos agressores que mais se destacaram de acordo com o grupo de ocupação - CBO

Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercado:

- ✓ pedreiros (42);
- ✓ comerciantes (33);
- ✓ motoristas (29);
- ✓ comerciários (28);
- ✓ ajudantes de pedreiro (17);
- ✓ pintores (13);
- ✓ porteiros (12);
- ✓ estivadores (10);
- ✓ auxiliares de serviços gerais (10);
- ✓ vigilantes (9);
- ✓ flanelinhas (8);
- ✓ pescadores (7).

Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção:

- ✓ mecânicos (15);
- ✓ técnicos em eletrônica (5);
- ✓ técnicos em mecânica (4);
- ✓ soldadores (3);
- ✓ operadores de máquinas (2);
- ✓ eletricitas (2);
- ✓ eletrotécnicos (2).

Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais:

- ✓ empresários (8);
- ✓ microempresários (2);
- ✓ serralheiros (2).

Profissionais das ciências e das artes:

- ✓ engenheiros (7);
- ✓ advogados (4);
- ✓ analistas de sistema (4);
- ✓ médicos (3);
- ✓ contadores (3);
- ✓ músicos (3).

Anexo 7 - Violência contra a mulher: fenômeno globalizado

Apresentam-se a seguir informações sobre a situação de opressão em que vivem muitas mulheres de outros países, indicando que a violência cometida contra elas é um fato cultural disseminado mundialmente.

A questão da violência praticada contra a mulher faz parte de uma realidade que atinge países em diversos estágios de desenvolvimento econômico, social e cultural.

Na China, que impressiona pela rapidez de seu desenvolvimento econômico, o mais acelerado do mundo, ocorre violência doméstica de forma bem primitiva. Lá o desenvolvimento é desigual; dois terços de 1,3 bilhão de chineses vivem em áreas rurais muito pobres. Existe brutal diferença entre o modo como vive a população das cidades e a do campo. O problema se agrava no que se refere às mulheres, pois a cultura chinesa tradicional não tem por elas muita consideração. A situação se agrava nas regiões mais pobres, onde as mulheres recebem menos assistência médica e têm alimentação menos nutritiva do que os homens (Veja, nº 40, outubro de 2003, p. 56).

Há na China um controle de população exercido pelo governo de forma severa, que preconiza a política do filho único. Os casais, para dar continuidade à linhagem familiar e garantir o sustento na velhice, preferem que este filho seja do sexo masculino. Esta iniciativa do governo tem trazido como resultado infanticídio feminino e aborto seletivo. Como consequência, verifica-se que nas escolas do interior do país o número de meninos ultrapassa, e em muito, o de meninas.

Em algumas regiões, irmãos muito pobres compram uma única esposa e a compartilham para garantir a continuidade da família. Não é sem motivo que a China se tornou o único país em que o número de mortes por suicídio é maior entre as mulheres. Uma das causas para o suicídio feminino é a violência doméstica. Em algumas casas tradicionais não é apenas o marido que tem o direito de espancar a esposa. Ela pode ser surrada também pela sogra e pelos cunhados (Veja, nº 40, outubro de 2003, p. 56).

No continente africano a realidade é também dramática no que diz respeito à violência contra a mulher. Foi notícia veiculada nos principais meios de comunicação que na Nigéria, em pleno século XXI, uma mulher foi condenada à morte por apedrejamento. A razão da condenação foi um suposto adultério. Considerado crime no qual a punição é a pena de morte, para formalizar este tipo de acusação basta ter quatro testemunhas. A única concessão que a lei faz é permitir que a acusada viva enquanto estiver amamentando. Foi o que a salvou. Seus advogados se mobilizaram junto à organização Anistia Internacional, para arrecadarem 470 mil assinaturas, que impediram a execução da pena.

Em áreas muçulmanas da Nigéria os castigos corporais são um direito que os homens têm sobre as mulheres, garantidos por lei. O país ratificou em 1995 a convenção para eliminar toda forma de discriminação contra a mulher. Mas a *Sharia* – um conjunto de leis religiosas baseadas nos ensinamentos do *Alcorão*, o livro

sagrado do islamismo – foi restaurada em vários estados desde 1999, permitindo que as esposas sejam espancadas e violentadas fisicamente por seus maridos.

A revista *Veja* (nº 43, outubro de 2003, p. 83) traz artigo dando conta de que na Finlândia, que é um país altamente desenvolvido, com indicadores expressivos de progresso no campo político, no de consumo, em comunicação, e tido como o menos corrupto do mundo, há grande índice de violência doméstica. Conforme pesquisa recente, 25% das mulheres que lá vivem apanham do marido, um dos maiores percentuais do mundo.

O perfil do agressor segundo o artigo é o jovem casado na faixa de 35 anos, de classe média alta. Os indícios apontam que a razão da agressão não é o alcoolismo, também um problema sério no país, mas, sim, uma tentativa de homens inseguros de controlar e subjugar suas mulheres, em geral independentes e bem sucedidas. A Finlândia é o país onde mais mulheres ocupam altos cargos na burocracia interna. Estas estão à frente da presidência do país, da prefeitura da capital e do governo da principal província.

No Brasil a situação não é diferente. Foi realizada uma pesquisa a respeito da população carcerária feminina no Rio de Janeiro. O objetivo do trabalho foi conhecer o perfil das carcerárias e quais as dinâmicas criminais que as tinham levado à prisão. Conforme depoimento da pesquisadora Bárbara Musumeci, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, “cerca de 95% das mulheres encarceradas se disseram vítimas de violência em algum momento de suas vidas: na infância, no casamento ou nas mãos da polícia. Por volta de 35%, ou seja, um terço da população feminina, tinha sofrido violência nas três situações” (*Jornal do Brasil*, 2003, p. 3).

Segundo o comentarista Ricardo Setti, está para ser votado o projeto de lei que pretende proteger as vítimas de violência doméstica no Brasil. Uma pesquisa da Sociedade Mundial de Vitimologia, com sede na Holanda, realizada em 54 países do mundo, com 138 mil mulheres, constatou que no Brasil 23% das mulheres estão sujeitas à violência doméstica. “A cada quatro minutos uma mulher é agredida por alguém que mantém afeto dentro da sua própria casa”. O projeto, que pertence à deputada Yara Bernardes, altera o código penal tornando inafiançáveis os crimes domésticos de lesão corporal. “As penas simbólicas de antes, agora passam a ser de seis meses a um ano de prisão. Isso certamente vai mudar esse quadro de impunidade”. (<http://tv.terra.com.br/jornaldoterra/interna> -nov.2003)

Referências

1. ANJOS, E. E. dos. et al. *Mulher e Violência: uma análise da delegacia especializada de defesa da mulher em Vitória-ES*. Vitória: CEG/UFES, 1989.
2. MULHER. *Bahia Análises e Dados*. Salvador, v. 7, n. 2, p.1-213, set. 1997.
3. BARCELLOS, Gilsa Helena. Atuação das delegacias especializadas da mulher no estado do Espírito Santo. In: CAMACHO, Thimóteo (Org.). *Ensaio sobre a violência*. Vitória: EDUFES, 2003. p. 115-168.
4. BARSTED, Leila de Andrade Linhares. *Uma vida sem violência é um direito nosso*. Brasília: ONU/Ministério da Justiça/SNDH, 1997.
5. CABRAL, M.A.A. Prevenção da violência conjugal contra a mulher. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.4, n.1, p.183-191, 1999.
6. CASTRO, M. G. et al. Violência contra a mulher: até quando? *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 150, p.24-37, mar./abr. 1994.
7. CPI da MULHER. Um retrato perverso da mulher brasileira: uma vítima calada, desassistida e ameaçada. *Proposta*. Rio de Janeiro, n. 60, p.74-78, mar. 1994.
8. DESLANDES; S. F., GOMES; R.; SILVA, C. M. F. P. Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro". *Cad. Saúde Pública*. v.16, n.1, p.129-137, jan./mar. 2000.
9. DOXSEY, Sônia Maria Rabello. Barreira do silêncio. *Revista IJSN*, Vitória, n. 2, p.46-49, jul./set. 1987.
10. FOLHETIM. *Folha de São Paulo*. São Paulo, n. 256, 13 dez. 1981.
11. FUNDAÇÃO SEADE. Conselho Estadual da Condição Feminina. *Um retrato da violência contra a mulher: 2038 boletins de ocorrência*. São Paulo, 1987.
12. GOMES, R.. A Mulher em situações de violência sob a ótica da saúde. In (M.C. Minayo & E.R. Ramos, org). *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*, Rio de Janeiro: Fiocruz. p.199-222. 2003.
13. LIMA, Maria de Fátima Gomes; FRANCO, Christian Tatagiba. *A violência doméstica e a Lei 9.099/95*. Vitória: UFES/CCJE/CIESP, 2003.
14. MINAYO, M.C.S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cad. Saúde Pública*, n. 10, p.7-18, 1994. suplemento 1
15. PAMPLONA, Consuelo. Um olhar feminino sobre a revisão constitucional. *Proposta*. Rio de Janeiro, n. 57, p. 41-44, jul. 1993.

16. SCHRAIBER, L. B. *et al.* Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. *Rev. Saúde Pública*, v. 36, n. 4, p.470-477, ago. 2002.